

ENSAIOS CRÍTICOS

70 Anos de Formação em Serviço Social em Tempos de Ditadura e de Democracia: Da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga

Alcina Martins

Com esta comunicação, pretende-se apresentar alguns aspectos associados à trajectória da formação em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), começando por abordar a situação actual e recuando ao tempo da então Escola Normal Social de Coimbra e do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra (ISSSC). Procura-se apreender o significado do Serviço Social em tempos de ditadura e de democracia e como esta instituição de ensino superior se posiciona e tem vindo a posicionar face aos principais debates que atravessaram a formação em Serviço Social na sociedade portuguesa nestas sete décadas.

Por um lado, no que respeita à história do Serviço Social Português, tem-se por referência dissertações de mestrado e doutoramento em Serviço Social (Monteiro 1992; Henríquez 1998; Negreiros 1999; Ferreira 2003) e resgatam-se trabalhos de investigação que realizei sobre o Serviço Social, no contexto da sua génese, emergência e institucionalização (Martins 1999) e no decurso da Ditadura (Martins 2003: 50-61), ressaltando o lugar da segunda escola a ser criada no país - a Escola Normal Social de Coimbra, posteriormente designada Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra.

Por outro lado, é desenvolvida uma análise da trajectória e identidade desta instituição de ensino superior após a revolução de Abril de 1974 até ao presente, apreendendo as principais transformações que levaram à constituição do actual Instituto Superior Miguel Torga.

Tendo subjacente o contexto sócio-histórico do país, a sua integração na Comunidade Europeia, a construção do projecto profissional desencadeado pelos Assistentes Sociais portugueses e suas organizações nos anos 1980 e 1990, será abordada a situação peculiar que esta Instituição de Ensino Superior apresenta, desde a sua criação, tendo como entidade instituidora a Junta da Província da Beira Litoral, sucedida actualmente pela Assembleia Distrital de Coimbra.

O processo adoptado para a análise destes 70 anos de formação em Serviço Social pressupõe uma abordagem que é subsidiária do estruturalismo genético (Goldmann 1979, 1984) e da sua aplicação à história do Serviço Social, na perspectiva de Myrian Veras Baptista (Baptista 2001: 65-75) e que se tem vindo a desenvolver no que respeita ao Serviço Social Português. Por outro lado, esta análise pressupõe também o conhecimento das ciências humanas e sociais, particularmente da História, Sociologia e Serviço Social, procurando-se contribuir, ainda que de forma provisória e parcial, com alguns aspectos de natureza compreensiva e explicativa.

Há ainda a salvaguardar que o período em análise apresenta uma extensão significativa, mas, ao incluir os anos mais recentes, não se tem ainda um distanciamento que evidencie nesta trajectória o que é mais relevante para o futuro da instituição, nomeadamente, ao nível da formação em Serviço Social. É igualmente de mencionar que, sendo Assistente Social e professora deste Instituto nas últimas décadas, o envolvimento e participação nestes processos, ao nível interno e externo, não pode ser dissimulado. Partilha-se, no entanto, a concepção que o investigador não é neutro e que a investigação não promove a neutralidade.

I - A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA NO SÉCULO XXI

O processo de globalização, a ofensiva neoliberal, com o corte nas políticas públicas, a não efectivação e erosão dos direitos sociais e os propósitos de uma sociedade democrática, têm expressão nas actuais configurações da questão social, com a produção e reprodução da pobreza, o aprofundar das desigualdades sociais e das formas de opressão.

Neste contexto, colocam-se exigências e desafios aos Assistentes Sociais e à sua formação que terão de dar conta dos processos que atravessam a ordem social contemporânea e a existência de movimentos que lhe são contrários ou alternativos, em articulação com a análise da

sociedade portuguesa, capacitando o futuro Assistente Social para o trabalho profissional e reconhecendo os limites, as possibilidades e a compreensão do significado social da sua acção.

A formação académica deve contribuir para a construção de uma identidade profissional, através de uma sólida qualificação teórica, metodológica e ético-política, e de uma capacitação operacional e prática de investigação que alicerce o conhecimento do Serviço Social e a sua produção, dando suporte à interlocução com as outras áreas das Ciências Sociais.

Estas concepções têm vindo a permear o projecto de formação em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) que no início do Séc XXI, oferece o curso de licenciatura e o curso de mestrado, criado em 2000.

Sob os ventos da Declaração de Bolonha, é reestruturada a licenciatura em Serviço Social que apresentava cinco anos de duração e uma formação dirigida para cinco ramos de especialidade. Em 2003, o plano de estudos em Serviço Social passou a ter a duração de quatro anos, com uma formação generalista em detrimento do plano que vigorava desde 1993.

Em Março e Novembro de 2006, o ISMT apresenta à Direcção Geral do Ensino Superior propostas de reestruturação dos cursos adequados ao processo de Bolonha, tendo já obtido o registo de sete cursos de 1º ciclo e quatro de 2º ciclo, incluindo os de Serviço Social.

Os novos planos de estudo em Serviço Social resultaram de um trabalho de análise e debate de diferentes concepções da formação e da sua construção por parte de toda a equipa de docentes de Serviço Social e de outras áreas do conhecimento do ISMT, auscultando os estudantes, debatendo com professores de outros cursos de Serviço Social no país e as organizações das categoria profissional. Docentes de Serviço Social do ISMT participaram na reunião, realizada em Coimbra, em Fevereiro de 2006, de que resultou a posição da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o processo de Bolonha e a formação em Serviço Social (Associação dos Profissionais de Serviço Social 2006), subscrita pelo Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS), Centro de Investigação em Serviço Social e Estudos Interdisciplinares (CISSEI), Associação de Investigação e Debate em Serviço Social (AIDSS) e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social (SNPSS).

Quanto à duração dos ciclos, a decisão tomada no ISMT foi a de reduzir um semestre à duração tanto da licenciatura, quanto do mestrado,

ficando a formação de 1º ciclo em Serviço Social com sete semestres e a do 2º ciclo com três semestres.

Passado um ano de aplicação da legislação relativa ao regime jurídico sobre os graus académicos e diplomas de ensino superior, o processo de Bolonha é alvo de críticas, como sejam o favorecimento dos objectivos do mercado; a falta de democraticidade; poder levar à perda de qualidade da formação e ao aprofundamento das desigualdades sociais, tendo desencadeado problemas de natureza laboral. No ISMT, o confronto com os seus limites e potencialidades, num processo amplamente participado, levou-nos a adoptar estratégias de mudança, inovação e desafios para a formação em Serviço Social, apesar de não se ignorarem os constrangimentos.

Desafios e compromissos assumidos:

- Reforço da área científica de Serviço Social como estruturante da formação, o que pressupõe a existência de teorias de base, de uma formação prática, de estágio pré-profissional supervisionado, com uma componente de investigação e a articulação com as outras áreas científicas complementares que integram a licenciatura.

- Incremento e diversificação dos métodos e práticas pedagógicas e de avaliação em contextos de aprendizagem individual, de grupo, colectivo da turma e no contexto de formação e prática de intervenção profissional, em prol do desenvolvimento das competências e capacidades dos alunos.

- Manteve-se o estágio aliado a práticas de investigação, nos dois últimos semestres, com supervisão académica e profissional, desenvolvida por Assistentes Sociais.

- Contemplou-se e até se reforçou a componente da investigação na formação através das unidades curriculares: Metodologia das Ciências Sociais, Investigação em Serviço Social e da institucionalização de grupos de estudo, debate e iniciação à investigação – os Núcleos de Estudo. Estes Núcleos são espaços de natureza pedagógica em que se procura articular as questões que se colocam à dinâmica da realidade social portuguesa e às competências profissionais em áreas como: a pobreza e desigualdades sociais, questão de género, desvio, justiça e reinserção social, infância e juventude, desafios e problemas da idade avançada, cultura contemporânea e formas de dependência, e as questões do ambiente, risco e intervenção em catástrofes.

Com os Núcleos de Estudo pretende-se a articulação entre diferentes áreas científicas, a relação entre o ISMT e a sociedade civil, académica, institucional e profissional, bem como o aprofundamento e consolida-

ção da investigação no 2º ciclo, através dos Núcleos de Estudo e Investigação (NEI) que permeiam as linhas de investigação do curso de mestrado: ‘Questão Social e Políticas Sociais’, ‘Serviço Social e Práticas Profissionais’, ‘Famílias e Sociedade’, ‘História e Serviço Social Contemporâneo’.

A melhoria da qualidade da formação desenvolve-se também com a qualificação académica dos docentes; a cooperação entre Assistentes Sociais orientadores e supervisores de estágio, e entre as instituições parceiras da formação e o ISMT; o reforço das estruturas e consolidação da investigação e das relações internacionais que desenvolvemos com universidades europeias e do Brasil, no intercâmbio de alunos e professores e também no âmbito da investigação.

Até 2006, este Instituto formou 3123 Assistentes Sociais e 10 mestres em Serviço Social. Em 2006/2007, foi criado o ensino pós-laboral para o 1º ciclo em Serviço Social, frequentando a licenciatura 598 alunos e 28 o IV curso de mestrado em Serviço Social. Em Maio de 2007, nesta formação estavam implicados 50 docentes: 8 doutorados e 26 mestres, grande parte envolvidos em processos de doutoramento e alguns a aguardar defesa da tese e 16 eram licenciados. A direcção científica da licenciatura e do mestrado é da responsabilidade de uma doutorada em Serviço Social, com assento no Conselho Científico do Instituto.

II - A ESCOLA NORMAL SOCIAL E O INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE COIMBRA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE DITADURA

A situação actual do ISMT e os trinta e três anos de vigência de regime democrático, tem por alicerce 47 anos de história e trajectória da Escola Normal Social e do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra em tempos de ditadura.

1. A Criação da Escola Normal Social no Contexto da Construção do Estado Novo

Na fase de construção do Estado Novo (1933-1945) e no contexto internacional da Guerra Civil de Espanha, do fascismo e do nazismo, em que o comunismo se torna no inimigo principal, Salazar pretende concretizar uma alternativa, na área de assistência e do Serviço Social, ao que vinha sendo feito noutros países e que, na sua opinião, levava, sob o nome de assistência, directamente ao comunismo (Martins 1999: 222-223).

O regime, ao pretender equacionar uma resposta caritativo-assistencial e corporativista à questão social, insere o Serviço Social como um agente dessa construção, ao serviço da acção de propaganda e doutrinação dos valores do Estado Novo, contribuindo para neutralizar qualquer tentativa de agitação social ou revolta, por parte dos mais pobres.

Entende-se como Ditadura, neste contexto, o regime que se fundamenta na rejeição dos valores demoliberais; nas relações com a Igreja Católica, o seu principal aliado; no corporativismo, apresentado como uma terceira via, alternativa ao liberalismo e ao socialismo, que eliminaria os conflitos entre classes sociais e asseguraria, em contrapartida, a colaboração entre diferentes grupos de interesse, através da harmonização e da concertação no seio das Corporações (Lopes 1999: 669); no conservadorismo que enaltece os valores da tradição, ordem, estabilidade e paternalismo, com tradução na divisa ‘Deus, Pátria e Família’.

A convite de Oliveira Salazar, Bissaya Barreto, em 1934, defende no I Congresso da União Nacional, o partido único, a organização dos serviços de Medicina Social e conclui com a proposta que ‘é urgente a criação do Serviço Social, tomando como base a acção da mulher portuguesa’. Como presidente da Província da Beira Litoral, defende para o Estado um dever de intervenção nestas áreas e convida, em 1935, Franciscanas Missionárias de Maria para assumirem a direcção da Obra de Protecção à Grávida e à Criança.

Em 1936, chega a Coimbra um grupo de mulheres francesas desta Congregação que, em França, tinham tido formação e desenvolvido trabalho na área da educação e dos serviços médico-sociais, ficando Constance Davon como Directora do serviço. Nesta sequência, elabora um plano de reorganização dos serviços, no sentido do alargamento da prestação de serviços às grávidas e às crianças e passado seis meses de experiência e de confronto com as expressões da questão social. A pobreza da população operária e rural, a mortalidade infantil e a falta de medidas de política materno-infantil levam-na a propôr a criação de uma escola.

A Escola Normal Social é, assim, criada em Janeiro de 1937, posteriormente designada Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, e será dirigido até 1974, unicamente por mulheres, todas pertencentes à congregação das Franciscanas Missionárias de Maria. As duas primeiras directoras são francesas, Constance Davon e Raymonde Trouvay. A terceira directora será portuguesa, a Assistente Social Teresa Margarida Granado. O presidente da Escola é o Professor Bissaya Barreto na qualidade de presidente da Junta da Província da Beira Litoral.

A Escola Normal Social em Coimbra forma Assistentes Sociais e desenvolve a formação para Enfermeira Puericultora Visitadora de Infância (EPVI), constituindo uma alavanca para o desenvolvimento de medidas de política materno-infantil e de luta anti-tuberculosa, no âmbito das obras sociais da Junta da Província da Beira Litoral.

Constance Davon defende a formação de um Serviço Social polivalente que permita ao Assistente Social o desempenho de funções de outros agentes de serviço social, se as situações e as famílias assim o exigirem. Esta concepção de Serviço Social na ENS de Coimbra sofre influências de várias tendências do Serviço Social Francês, nomeadamente do solidarismo de Léon Bourgeois, associada aos Dispensários antituberculosos e formação de Enfermeiras Visitadoras, e do Socialismo Municipal e a defesa das Visitadoras polivalentes e do Serviço Social polivalente.

Em Dezembro de 1939, o Estado estabelece os ‘princípios gerais de orientação e coordenação a que hão-de submeter-se os estabelecimentos de educação para o serviço social e aprova o plano geral de estudos e programas, tudo para a formação de dirigentes idóneas e responsáveis no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e activas co-operadoras da Revolução Nacional [...] para que jamais possa desviar-se do sentido humano corporativo e cristão’. Os cursos são reconhecidos e as escolas oficializadas – Escola Normal Social e o Instituto de Serviço Social de Lisboa.

2. Formação em Serviço Social e as Ciências Sociais, a partir dos Anos 1950 e as Tensões entre Modernizadores e Conservadores

As tensões existentes na sociedade portuguesa no pós-guerra, nos anos 1950, entre adeptos da industrialização e modernização do país e uma maior abertura ao estrangeiro e às novas ideias e, por outro lado, os que pugnam pela ordem existente, uma sociedade rural, corporativa, com alicerces no conservadorismo e neotomismo, coloca ‘a necessidade da formação de recursos humanos qualificados, prevalecendo sobre uma visão exclusivamente centrada no ensino como sistema de inculcação ideológica’ (Nóvoa 1999: 593), tendo reflexos na formação em Serviço Social.

Em 1956, o Ministro da Educação Nacional, Francisco de Paula Leite Pinto, pretende introduzir alterações à formação em Serviço Social, no sentido de um maior ‘incremento das actividades de grupo, educativas e culturais, dos movimentos de organização das comunidades e os estudos de carácter sociológico’, e acompanhar o que se fazia noutros

países, seguindo as orientações das organizações internacionais de Serviço Social.

O Conselho Económico e Social das Nações Unidas (Nations Unies, Conseil Economique et Social – Commission des Questions Sociales 1950) apontava, desde 1950, que a formação em Serviço Social devia contemplar questões socio-económicas, psicológicas e médico-sociais, além das sistematizações metodológicas do Serviço Social norte americano (do ‘case work’, ‘group work’ e organização comunitária), sustentadas no conhecimento das ciências sociais de natureza positivista e funcionalista e na neutralidade do Serviço Social.

No entanto, estes propósitos serão contrariados pela posição da Câmara Corporativa que, por considerar que o Serviço Social, em muitos países, estava a tomar uma feição neutra, e ‘para que a sua acção social se não torne perigosa’, repõe a formulação da legislação de 1939, determinando que ‘o ensino ministrado nas escolas de serviço social seja sempre orientado no sentido humano, corporativo e cristão’.

O resultado é a publicação do Decreto Lei nº 40.678 de 10 de Julho de 1956 que regula as condições de funcionamento e os planos de estudos da formação em Serviço Social, mas que já não corresponde nem às necessidades de modernização do país, nem às orientações internacionais para o ensino em Serviço Social, mantendo-se em vigor até 1976.

O Serviço Social Português, fruto do contexto sócio-histórico em que se institucionaliza, encontrará no pensamento teológico e na Doutrina Social da Igreja uma ampla base da formação, não acompanhando a trajectória internacional do Serviço Social, proveniente sobretudo dos Estados Unidos e dos organismos internacionais, estabelecendo uma relação estreita entre o Serviço Social e o conhecimento de várias Ciências Sociais, quer seja de orientação positivista ou de outra natureza.

Como refere Immanuel Wallerstein, ‘por volta de 1945 a panóplia de disciplinas compreendidas pelas Ciências Sociais encontrava-se praticamente institucionalizada na maioria das universidades de todo o mundo. Nos países fascistas e comunistas verificara-se uma resistência a estas classificações (e até mesmo a sua recusa)’ Wallerstein (1996: 52). Desta forma, a recusa da Ditadura portuguesa em institucionalizar as ciências sociais nas universidades irá condicionar a própria institucionalização e formação académica do Serviço Social e a relação com a universidade.

Nos anos 1960, as Directoras dos Institutos de Serviço Social apresentam várias propostas de alteração ao plano de estudos em Serviço Social, contemplando as orientações internacionais para esta formação,

mas não conseguem que o Ministério da Educação Nacional atenda as suas pretensões.

3. Estratégias Desencadeadas pelo ISSSC para a Formação Pós-Graduada em Serviço Social e a Inserção do Serviço Social no Ensino Público

Em 1961, o curso de Serviço Social será reconhecido como sendo de ensino superior, quando só 1,2% da população activa com profissão em Portugal Continental possuía educação superior (Rosa 1999: 641). O curso é também aberto à frequência de estudantes do sexo masculino, sendo usado, por alguns, como estratégia de adiar a ida para a guerra colonial.

Nos anos 1960, a pobreza e o atraso do país evidenciam a necessidade de enfrentar as consequências de o desenvolvimento capitalista e a industrialização já não se centrarem no corporativismo, adoptando medidas de política social e começando a ser reequacionado o significado do Serviço Social.

A economista Manuela Silva reforça, então, a importância que o Serviço Social deve assumir na política social, defendendo que ‘os programas de desenvolvimento económico devem integrar-se em planos mais vastos de política social’, constituindo o Serviço Social ‘um instrumento de realização dos planos de desenvolvimento’.

Neste contexto, começa a colocar-se a necessidade de uma formação pós-graduada em Serviço Social. A criação, em 1964 e 1967, dos Cursos de Serviço Social e Curso Complementar de Serviço Social no ISCSPU, desencadeia tomadas de posição, por parte dos Institutos de Serviço Social, pretendendo desenvolver estratégias que lhes permita conferir essa formação e o grau de licenciatura.

A Directora do ISSC, Teresa Margarida Granado, que já tinha obtido a colaboração de docentes da Universidade de Coimbra para o curso de Serviço Social, aborda o Reitor e os Directores da Faculdade de Letras e de Direito da Universidade de Coimbra no sentido de ser criado nessa Universidade um Curso Complementar de Serviço Social.

Apesar de contar com o apoio da estrutura académica da Universidade de Coimbra para a sua criação, não contará com o aval do Ministério da Educação Nacional. A não consagração da autonomia universitária impede de prosseguir com a proposta do ISSSC, inovadora e potenciadora da abertura de cursos e actividades de investigação em áreas, que não existiam na Universidade de Coimbra, como as Ciências Sociais.

A recusa da Ditadura em institucionalizar as ciências sociais irá, assim, condicionar a formação académica do Serviço Social e a sua relação com a universidade pública.

O ISSSC não desiste, porém, e requer ao Ministro da Educação Nacional, em 1970, a sua filiação na Universidade de Coimbra e, em 1972, solicita a sua reconversão ‘em estabelecimento de ensino oficial’ (Melo e Pereira 1995: 50), atendendo a que não existia nenhum curso público de Serviço Social.

No ano seguinte, as dificuldades financeiras, uma constante da vida desta escola, acentuam-se ao ponto de estar em risco a sua sobrevivência. Em 1973, quando o ISSSC tinha formado 414 Assistentes Sociais, a Junta Distrital de Coimbra reitera, junto do Ministro da Educação Nacional, ‘o desejo do Instituto ser incorporado, com todos os direitos e deveres que daí advém, no ensino superior oficial [...], que entende não poder sustentar uma obra educativa de interesse nacional e não distrital’.

4. Autonomia e Resistência no ISSSC à Ditadura

Neste contexto, surpreendentemente, antes de Abril de 1974, o então Ministro da Educação Veiga Simão, dá a conhecer à Directora Teresa Margarida Granado a proposta de uma licenciatura em Serviço Social na Universidade de Coimbra. Para sua surpresa, do elenco de docentes, que não chegaram a ser nomeados, não constava nenhum dessa universidade que, há anos, colaboravam com o Instituto e que se tinham empenhado na construção desta estratégia de qualificação do Serviço Social. Esses professores opositores ao regime levam a PIDE a visitar a escola várias vezes.

A vigilância e o controle do Instituto pelo regime político tinha lugar por outros dispositivos: pelos professores que tinham um estatuto de informadores, deputados da Assembleia Nacional ou membros da União Nacional; pela intervenção directa da PIDE/DGS nas ‘visitas’ à escola à procura dos professores da universidade de Coimbra; os telefones estavam sob escuta, sendo controlada a simples cedência de instalações.

Face à deslegitimação que a formação em Serviço Social foi alvo por parte do Estado, o ISSSC desenvolve internamente o espaço de autonomia, procedendo a alterações curriculares e de funcionamento, com a participação de professores e alunos na vida da escola, processo tendente a uma democratização; e, ao nível externo a procura de uma legitimação social, através da criação e desenvolvimento de serviços à comunidade que também não escapavam ao controle do Estado.

Com o processo de desvinculação dos Institutos de Serviço Social da Igreja Católica e do seu pensamento mais conservador, a partir dos anos 1960, corta-se mais um elo de dependência, sendo reforçado o

processo de autonomização. Num primeiro momento, as disciplinas de orientação religiosa deixaram de ser obrigatórias no curso de Serviço Social; num segundo momento, são as directoras dos Institutos de Serviço Social do Porto e de Coimbra que se desvinculam das organizações religiosas a que pertenciam, permanecendo, em ambos os casos, na direcção das escolas.

III – DO INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE COIMBRA AO INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA, NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE DEMOCRACIA

A revolução de Abril de 1974 leva à ruptura com a Ditadura e a transformações na sociedade portuguesa que a Constituição de 1976 apontava em ‘transição para o socialismo’. A revisão constitucional de 1982 retira esse carácter, mas os princípios de um Estado Providência constituem-se num dos pilares da sociedade portuguesa.

1. As Propostas de Integração dos Institutos de Serviço Social no Ensino Público Universitário Após Abril de 1974

Neste período, regista-se uma participação do Serviço Social no processo de democratização da sociedade portuguesa, grande envolvimento e participação nos movimentos sociais. No ISSSC, passa a haver gestão democrática, com a participação de alunos, professores e funcionários em órgãos de gestão: Conselho Directivo, Conselho Pedagógico, Assembleia Geral de Escola, Assembleia de Representantes. A entidade instituidora do ISSSC era a Junta Distrital de Coimbra e, após a Constituição da República de 1976 até aos dias de hoje, a Assembleia Distrital de Coimbra.

A formação em Serviço Social recusa a neutralidade da profissão, trazida com a influência da metodologia norte-americana em Serviço Social e sofre influências de correntes marxistas, pensamento crítico e do movimento de reconceptualização do Serviço Social latino-americano (Negreiros, Andrade e Queirós 1992; Freitas e Santos 1998), reforçando-se o conhecimento nas várias disciplinas das ciências sociais.

Os três Institutos Superiores de Serviço Social do Porto, Coimbra e Lisboa vão lutar pela sua integração no ensino público universitário. O Estado, desde 1956, não tomava qualquer iniciativa legislativa relativa à formação em Serviço Social. Em 1975, os alunos destes Institutos passam a usufruir da acção social dirigida aos alunos do ensino público

e, em 1976, o Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica atribui aos Institutos uma verba que permite cobrir a totalidade das suas despesas de funcionamento, permitindo propinas e salários semelhantes aos praticados no ensino público.

O Despacho 74/76 de 14 de Julho determina o funcionamento, nas Universidades do Porto, em Coimbra e Técnica de Lisboa, de cursos de bacharelato em Intervenção Social que sucedem aos cursos de Serviço Social, mas a 29 de Outubro desse ano é suspenso esse Despacho, passando os Institutos a funcionarem, como até aí, enquanto estabelecimentos do ensino superior particular.

A luta pela integração no ensino público continuará por parte dos Institutos de Serviço Social até meados dos anos 1980. Em 1979, a categoria profissional confronta-se com a criação de duas carreiras na função pública: a carreira técnica e a carreira técnica superior que exige o grau de licenciatura. Os Assistentes Sociais que vêm vedado o acesso à carreira técnica superior e a lugares de chefia e direcção mobilizam-se e organizam um Grupo Coordenador, reivindicando para os Assistentes Sociais já formados a 'equiparação ao grau de licenciatura para efeitos profissionais'. A luta será inglória, não abdicando o Ministério do grau académico para o acesso à carreira técnica superior.

2. Os Anos 1980: Do Processo de Luta pela Qualificação Académica em Serviço Social à Governamentalização do ISSSC

A segunda metade dos anos 1980 fica associada à integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia e, no âmbito do Serviço Social, é marcante o movimento de luta pela licenciatura em Serviço Social, liderado pelo ISSSL que, juntamente com o ISSS do Porto, congregaram os Assistentes Sociais do país e as organizações da categoria profissional, a APSS, Sindicatos e as Associações de Estudantes de Serviço Social. O processo culminou na atribuição do grau académico de licenciatura à formação de 5 anos ministrada por estes dois Institutos (1989), bem como na criação da carreira técnica superior de Serviço Social na Administração Pública (1991) e na atribuição do grau de mestre (1995).

Em meados da década de 1980, perante a redução do financiamento proveniente do Estado, o Conselho Directivo do ISSSC vê-se constringido a aumentar o valor das propinas, desencadeando uma reacção de contestação por parte dos alunos e uma intervenção por parte da entidade tutelar, a Assembleia Distrital de Coimbra, que nomeia, em 22 de Janeiro de 1985, uma Comissão Administrativa para o ISSSC, interrompendo a gestão democrática até aí existente.

A Comissão Administrativa é 'o único órgão de direcção do Instituto, cabendo-lhe e concentrando todas as competências, em matéria administrativa, financeira, científica e pedagógica', proposta pelo Presidente da Assembleia Distrital de Coimbra e a quem terá que responder.

Na reunião de 13 de Fevereiro de 1985, entre o Secretário de Estado do Ensino Superior, o Governador Civil de Coimbra e a Comissão Administrativa foi estabelecido o consenso sobre a situação institucional do ISSSC que passou pela imposição aos alunos das propinas mensais, pela continuação de duodécimo, de valor igual ao do ano de 1984, e pela proposta de realização de um estudo sobre o futuro institucional do Instituto, 'tendo em conta que a solução deveria passar pela integração da Escola no Ensino Superior Politécnico, público ou privado'.

Face às estratégias desencadeadas pelos Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa e do Porto, tendo por base o estipulado no Decreto Lei nº 100-B/85 de 8 de Abril, de qualificação académica do Serviço Social – com a implementação de um plano de estudos em Serviço Social com a duração de 5 anos, a criação de um Conselho Científico, a qualificação académica dos docentes Assistentes Sociais, ao nível do mestrado em Serviço Social e a luta pelo reconhecimento do grau académico de licenciatura ao plano de estudos – a Comissão Administrativa do ISSSC tomará outras posições que são expressão do processo de 'governamentalização do ISSSC'.

Assim, a Comissão Administrativa, no seguimento do estipulado no Decreto-Lei nº 100-B/85, não cria um Conselho Científico, subestima a atribuição do grau de licenciatura, em detrimento da integração do curso de Serviço Social no ensino politécnico e o grau de bacharel, posição defendida pelo Ministério da Educação.

Neste contexto, e parafraseando César de Oliveira (Oliveira 1995), poderemos dizer que a tentativa de 'governamentalização' das autarquias locais, com a Lei nº 79/77, permitiu que o Presidente da Assembleia Distrital de Coimbra, o Governador Civil de Coimbra, tutelasse o ISSSC, através da Comissão Administrativa que nomeou, seguindo uma intervenção que se poderá designar de cariz 'governamental'.

O ISSSC, através da Comissão Administrativa, não participa no movimento pela qualificação académica do Serviço Social, dissociando-se das lutas das organizações da categoria e do projecto profissional que acaba sendo vencedor.

Em Outubro de 1989, o então Presidente da Assembleia Distrital de Coimbra nomeia o Prof. Doutor Luís Filipe Requicha Ferreira como Director do ISSSC. É retomado o caminho já trilhado pelos Institutos de

Lisboa e Porto, ao ser proposto um plano de estudos em Serviço Social, com 5 anos de duração.

Dando cumprimento ao previsto no Decreto Lei 100-B/ 85 de 8 de Abril, é criado o Conselho Científico do ISSSC, em Outubro de 1989, a que preside o Director do Instituto. Na primeira reunião deste Conselho, é aprovado o plano de estudos em Serviço Social e a proposta de texto de portaria a apresentar ao Ministério da Educação. Em Janeiro de 1990, é reconhecido o grau de licenciatura ao plano de estudos em Serviço Social do ISSSC.

3. Os Anos 1990: Do Alargamento do Ensino Superior Privado de Serviço Social em Coimbra à Construção do Instituto Superior Miguel Torga

Em 1991, assiste-se em Coimbra ao aparecimento do Instituto Superior Bissaya Barreto, com a criação de uma nova licenciatura em Serviço Social que apresenta o mesmo plano de estudos do ISSSC, começando a funcionar com 5 anos, com estudantes, alguns professores, funcionários e elementos da ex-direcção do ISSSC, incluindo o Director.

A crise abala o ISSSC, com um passado de 54 anos, mas é ultrapassada com uma nova equipa liderada pelo Prof. Doutor Carlos Amaral Dias – indigitado pela Assembleia Distrital de Coimbra – que repõe a gestão democrática, vindo a ser o presidente do Conselho Directivo e que continua, até aos dias de hoje, a ser referência da instituição. A Assistente Social Emília Gomes da Silva Corga é sub-directora e um elenco de doutores de áreas científicas das Ciências Sociais e Humanas, Psicologia e Psiquiatria integram o Conselho Científico que passa a ser presidido pelo Prof. Doutor José Pinto Gouveia.

No rescaldo da não aprovação pelo Ministério da Educação de novas licenciaturas de iniciativa do Conselho Científico – que não incluía nenhum docente de Serviço Social – este órgão apresenta nova proposta para o plano de estudos da licenciatura em Serviço Social que será aprovado em 1993.

A duração da licenciatura é mantida em cinco anos, mas as alterações vão no sentido de inverter a tendência da formação generalista, com a criação de cinco ramos de especialidade nos dois últimos anos, de Segurança Social, Saúde, Justiça e Reinserção Social, Aconselhamento e Gestão de Recursos Humanos. Além disso, tem lugar um reforço psychologizante da formação e técnico operativo, em detrimento da investigação em Serviço Social e consolidação dos conhecimentos da área do Serviço Social que deixa de ser estruturante em alguns ramos de especialidade.

Em 1996, o Instituto avança com uma estratégia ganhadora de se abrir a novas licenciaturas e à formação pós-graduada, em intercâmbio com universidades estrangeiras, nomeadamente ao nível de cursos de mestrado, e, em 1998, muda a designação do Instituto para Instituto Superior Miguel Torga (ISMT). Nos anos seguintes, serão criados outros cursos de mestrado, como o de Serviço Social, e cursos de doutoramento em colaboração com universidades portuguesas e estrangeiras.

4. Desregulamentação da Formação em Serviço Social, Mercantilização, Empresarialização e Inserção no Ensino Público

Os anos 1990 são marcantes na expansão do ensino superior privado. Ao nível do Serviço Social, assiste-se a um crescimento exponencial de licenciaturas em Serviço Social em instituições do ensino universitário privado. Passa-se de 3 para 8 cursos no final da década de 1990.

Na verdade, em Portugal, é somente na viragem do século XXI que o ensino público incluiu a formação de Serviço Social, ao nível da licenciatura que, actualmente, encontra-se presente em 22 estabelecimentos de ensino superior: 10 em instituições públicas, 5 de natureza universitária e 5 politécnica; em 9 instituições privadas e do ensino particular e cooperativo e 3 no ensino concordatário (Martins 2007).

Ao nível do 1º ciclo, existem 20 cursos já registados na DGES e 5 do 2º ciclo, 3 do ensino privado universitário, 2 do ensino concordatário. Além disso, entre os 3 programas de doutoramento em Serviço Social, somente o programa da Universidade Católica Portuguesa apresenta registo de adequação ao processo de Bolonha.

Este crescimento vertiginoso de cursos de Serviço Social teve lugar, porém, sem ter existido qualquer processo de regulação ou auto-regulação.

Se, nas últimas décadas em Portugal, o desenvolvimento de políticas sociais públicas e o reconhecimento de direitos sociais criaram condições para ampliar o espaço e a procura profissional dos Assistentes Sociais – tendo sido decisivas as conquistas obtidas ao nível da qualificação académica e da carreira profissional nos anos 1980 e 1990 – por outro lado, o crescimento da formação deve-se também ao investimento económico de instituições que encontram no Serviço Social uma forma de compensar o passivo dos seus cursos.

Nos primeiros anos do século XXI, no contexto da reforma do ensino universitário, as relações do ISMT com a entidade instituidora, a Assembleia Distrital de Coimbra conhecem novos equacionamentos.

Em 9 de Julho de 2003 a Assembleia Distrital de Coimbra, o Instituto

Superior Miguel Torga e Carlos Amaral Dias instituíram uma fundação, denominada Fundação Aeminium. Segundo os seus Estatutos, a Fundação 'é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica e constituída por tempo indeterminado [...] tem por objectivo principal a criação, em conjunto com a Fundação Bissaya Barreto, de um novo estabelecimento de ensino superior que integrará todos os direitos e obrigações do Instituto Superior Miguel Torga e, como acessório, a divulgação da cultura e da ciência'.

Este novo estabelecimento resultaria da fusão do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) e do Instituto Superior Bissaya Barreto (ISBB), de que são entidades responsáveis ou titulares, respectivamente, a Assembleia Distrital de Coimbra e a Fundação Bissaya Barreto.

Foi também constituída, na mesma data, a sociedade comercial por quotas denominada Torbis (Administração de Estabelecimentos de Ensino Superior, Limitada), tendo por objecto 'a administração de estabelecimentos de ensino superior. Previa-se que com a fusão se concretizasse a 'transferência e incorporação no capital social da referida sociedade comercial, através da adequada operação de aumento do capital, de todos os bens, direitos e obrigações desses dois estabelecimentos de ensino superior'.

No âmbito deste processo tendente à fusão de ambos os Institutos, registe-se, no que respeita à formação em Serviço Social, que, em 2003, representantes de ambas as licenciaturas chegaram a proceder à elaboração de um único plano de estudos em Serviço Social, com a duração de 4 anos.

Na sequência do pedido de reconhecimento da Fundação Aeminium em 2005, o Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior solicita parecer ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, cujas conclusões vão no sentido de considerar que a intervenção do ISMT, por carência de personalidade jurídica, no acto de instituição de uma fundação não é juridicamente admissível.

Não tendo sido concretizada a fusão destes Institutos, continua, no entanto, a ser *sui generis* o ISMT ter como entidade instituidora a Assembleia Distrital de Coimbra.

Depois desta breve viagem pela trajectória de 70 anos deste Instituto, gostaríamos de sublinhar como grandes desafios para o futuro da formação em Serviço Social: a aposta na qualidade formativa e continuação do processo de qualificação académica dos docentes e produção do conhecimento; o reforço da internacionalização através do intercâmbio com universidades ao nível da formação e da investigação; a

consolidação da investigação em que se faz a iniciação no 1º ciclo com os Núcleos de Estudo. Pretendemos dinamizar os Núcleos de Estudo também com a colaboração de Assistentes Sociais, orientadores de estágio, investigadores, o que é aprofundado, no 2º ciclo, com os Núcleos de Estudo e Investigação, perspectivando-se que Assistentes Sociais e outros profissionais das Ciências Sociais, sigam, cada vez mais, esta via de qualificação do trabalho profissional.

Além disso, o objetivo é ser interveniente, participativo e propositivo nos debates que atravessam a ordem social contemporânea, a sociedade portuguesa e a profissão, o que pressupõe práticas de investigação como dimensão fundamental do Serviço Social neste século XXI.

Quanto ao 3º ciclo em Serviço Social, muito gostaríamos que, num futuro breve, as palavras proferidas na Sessão Inaugural das Comemorações dos 70 anos do Instituto, pelo Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra e o Director do ISMT, no sentido de ‘criação de dimensão’ e articulação entre as duas instituições, se transforme num processo que conduza, entre outros projectos, ao dotar a cidade de Coimbra de um curso de doutoramento em Serviço Social.

Uma palavra final para homenagear alunos, professores, funcionários, órgãos de gestão, estruturas académicas e movimento estudantil que, ao longo de 70 anos, têm lutado pela construção de um ensino de referência, uma instituição dinâmica e prestigiada que, em tempos de ditadura e de democracia, salvaguarda os valores da liberdade e de um ensino plural e crítico, comprometido socialmente e que quer continuar a construir o futuro.

REFERÊNCIAS

- Associação dos Profissionais de Serviço Social, APSS
2006 ‘Posição da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social’. URL: <http://www.cpihts.com/PDFo2/BOLONHA%2oPOSIÇAO%2oDA%2oAPSS.pdf>
Acesso em Maio 2007.
- Baptista, Myrian Veras
2001 ‘Introdução à Reflexão sobre Pesquisa Histórica no Serviço Social’. *Investigação em Serviço Social*, Lisboa, São Paulo, CPIHTS, Veras Editora. pp. 65-75.

- Barreto, António
2000 'Salazar, António de Oliveira-O Após-guerra'. In *Dicionário de História de Portugal*. Editado por António Barreto e Filomena Mónica. Vol. 9. Lisboa: Livraria Figueirinhas.
- Ferreira, Adília
2003 O Discurso da Resistência ou a Resistência do Discurso: Os Assistentes Sociais no Movimento de Oposição ao Estado Novo (1969-1973). Dissertação de Mestrado em Serviço Social, ISSSL.
- Freitas, Maria Lorena; Santos, Sónia Martins dos
1998 'A Influência do Movimento de Reconceptualização Latino Americano em Portugal na Década de 70: Os Discursos e as Práticas Antes e Após 25 de Abril'. *Estudos & Documentos*, Série I, nº 12, Lisboa, CPIHTS.
- Goldmann, Lucien
1979 *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
1984 *Epistemologia e Filosofia Política*. Lisboa: Editorial Presença.
- Canotilho, Joaquim Gomes
2000 'Regime Político'. In *Dicionário de História de Portugal*. Editado por António Barreto e Filomena Mónica. Vol. 9. Lisboa: Livraria Figueirinhas. p.227.
- GOVERNO CIVIL DE COIMBRA, <http://www.gov-civil-coimbra.pt/historico.php>.
- Granado, Teresa Margarida
1972 *História do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, de 1936 a 1972*. Coimbra: ISSSC.
- Henríquez, Alfredo
2000 '1999: Trabalhadores Sociais Comprometidos com o seu Futuro'. *Estudos & Documentos* 4-5. pp. 9-24.
- Henríquez, Bernardo Alfredo
1998 A Construção do Serviço Social Português e o Estado de Mal-Estar-Salazarista,. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL).
- Lopes, J. Silva
1999 'Organização Corporativa'. In *Dicionário de História de Portugal*. Editado por António Barreto e Filomena Mónica. Vol. 8. Lisboa: Livraria Figueirinhas.

Martins, Alcina

- 1995 'Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português: A Escola Normal Social de Coimbra'. *Intervenção Social* 11-12. pp.11-32
- 1999 *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- 2003 'Investigação em Serviço Social: Perspectivas Actuais'. Serviço Social: Unidade na Diversidade. Encontro com a Identidade Profissional – I Congresso Nacional de Serviço Social, Lisboa. Associação dos Profissionais de Serviço Social. pp. 50-61.
- 2007 O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social: Questões e Problemas. URL: <http://www.cpihts.com/PDFo2/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2008.

Medina, João

- 2000 'Ideologia e Mentalidade do 'Estado Novo' Salazarista'. In *História do Pensamento Filosófico Português*. Volume V - O Século XX, Tomo 2. Lisboa: Editorial Caminho. p.162.

Melo, Idalina Maria R.; Pereira, Carla M. C.

- 1995 Estado versus Ensino Privado de Serviço Social em Portugal: 1967-1976. Trabalho de investigação da Licenciatura em Serviço Social, ISSSC.

Monteiro, Alcina

- 1992 A Formação Académica dos Assistentes Sociais: Uma Retrospectiva da Institucionalização do Serviço Social em Portugal. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
- 1995 'A Formação Académica dos Assistentes Sociais: Uma Retrospectiva Crítica da Institucionalização do Serviço Social no 'Estado Novo'. *Intervenção Social* 11-12. pp. 43-76.

Nations Unies, Conseil Economique et Social - Commission des Questions Sociale

- 1950 Formation en Vue du Service Social: Enquete International - Aide Technique en Faveur du Progrès Social nº 3, Documento E/CN 5/196, 10 Fev. 1950.

- Negreiros, Maria Augusta
 1999 Serviço Social, uma Profissão em Movimento: A Dinâmica Académico-Profissional no Portugal pós-74: Tese de Doutoramento em Serviço Social, PUC-SP.
- 1999 'Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social: O Caso Português'. *Serviço Social & Identidade, que Trajectória?* Lisboa, São Paulo, Cadernos do Futuro, Veras Editora.
- Negreiros, Maria Augusta; Andrade, Marília; Queirós, Maria José
 1992 A Construção do Conhecimento do Serviço Social em Portugal: Período 1974/1978. Lisboa: Departamento Pós-Graduação, ISSS, Série História do Serviço Social Português, Estudos e Pesquisas.
- Nóvoa, António
 1999 'Educação, Política de'. In *Dicionário de História de Portugal*. Editado por António Barreto e Filomena Mónica. Vol. 7.
- Oliveira, César de (ed.)
 1995 *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Knibiehler, Yvonne (ed.)
 1984 *Cornettes et Blouses Blanches: Les Infirmières dans la Société Française (1880-1980)*. Paris: Hachette.
- Proença, Cândida
 1996 'Pinto, Francisco de Paula Leite'. In *Dicionário de História do Estado Novo*. Editado por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosa, Manuel Carmelo
 1999 'Ensino Superior'. In *Dicionário de História de Portugal*. Editado por António Barreto e Maria Filomena Mónica. Vol. 7. Lisboa: Figueirinhas.
- Santos, José António
 1985 *Regionalização: Processo Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, Maria Manuela
 1960 'A Programação do Serviço Social e a Industrialização'. *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* 42.
- Sousa, Jorge Pais
 1999 *Bissaya Barreto: Ordem e Progresso*. Coimbra: Minerva.

- Tomé, M. Rosa
2007 'Possibilidades e Limites da Formação em Serviço Social no âmbito do Processo de Bolonha, no ISMT'. Colóquio 70 Anos de Serviço Social: Um Compromisso com o Futuro. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga
- Wallerstein, Immanuel
1996 *Para Abrir as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez.

DOCUMENTA

Assembleia Nacional e Câmara Corporativa

Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, IX e X Legislaturas

Arquivo do Instituto Superior Miguel Torga

Acta nº 1/89'. Livro de Actas do Conselho Científico do ISSSC

Carta da Directora do ISSSC, Teresa Margarida Granado, ao Presidente do Conselho, Abril de 1968. Arquivo do ISMT.

Carta do ISSSC de 24 de Outubro de 1970.

Carta enviada pela Direcção e professores do ISSSC ao Ministério da Educação Nacional em 19 de Junho de 1973.

Carta enviada ao Director Geral do Ensino Superior pela Comissão Administrativa, em 13 de Maio de 1985.

Parecer sobre a Incorporação na Universidade, SID - 78/79. P.S. Instituto Superior de

Serviço Social de Coimbra, ISSSC

Câmara Corporativa

Actas da Câmara Corporativa, VI Legislatura.

Entrevista

Entrevista realizada, por Alcina Martins, à Dra Teresa Margarida Granado (Directora do ISSSC de 1962 a 1974), em 11 de Setembro de 2001, no âmbito da investigação de pós-doutoramento

Legislação

Alvará 312 de 1940 (a tutela do ISSSC cabe à Assembleia Distrital de Coimbra)

Decreto-Lei nº 30 135, de 14 de Dezembro de 1939 (autorização do funcionamento das Escolas existentes, destinadas à formação de assistentes de serviço social, com ou sem especialização, desde que se sujeitem ao regime nele estabelecido).

Decreto-Lei nº 12/ 98, de 24 de Janeiro (a requerimento da Assembleia Distrital de Coimbra, o Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra passou a designar-se Instituto Superior Miguel Torga.

Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março (regime jurídico sobre os graus académicos e diplomas de ensino superior).

Despacho Ministerial de 16 de Março de 1965 (a Escola Normal Social em Coimbra passa a denominar-se Instituto de Serviço Social de Coimbra)

Despacho Ministerial de 12 de Junho de 1969 (a Escola Normal Social em Coimbra passa a designar-se Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra).

Despacho 74/76 de 14 de Julho (determina o funcionamento nas Universidades do Porto, em Coimbra e Técnica de Lisboa, de cursos de bacharelato em Intervenção Social que sucedem aos cursos de Serviço Social, mas a 29 de Outubro desse ano é suspenso esse Despacho, passando os Institutos a funcionarem como até aí como estabelecimentos do ensino superior particular).

Despacho nº 13.129/2006 de 6 de Junho, DR, 2ª série, nº 119 de 22 de Junho de 2006, e do Despacho nº 2.096/2007 de 24 de Janeiro, DR, 2ª série, nº 28 de 8 de Fevereiro de 2007 (adequação dos cursos de 1º e 2º ciclo em Serviço Social a Bolonha).

Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior).

Parecer nº 37/VI da Câmara Corporativa sobre o Projecto de proposta de lei nº 516, de 19 de Março de 1956 (repõe a formulação da legislação de 1939 acerca do ensino ministrado nas escolas de serviço social).

Parecer nº 40/ 2005 da Procuradoria Geral da República, 2ª Série, de 28 de Agosto de 2006. pp. 18199-18215, votado em sessão do Conselho Consultivo da PGR de 16 de Fevereiro de 2005 e homologado por des-

pacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 16 de Fevereiro de 2006 (Fundação Aeminium).

Portaria nº 793/89 de 8 de Setembro e Portaria nº 796/89 de 9 de Setembro (autorizado, respectivamente, ao ISSSL e ao ISSSP o início do funcionamento do curso superior de Serviço Social e os efeitos correspondentes aos da titularidade do grau académico de licenciatura do ensino superior público).

Portaria nº 15/90 de 9 de Janeiro (autorização do início do funcionamento do curso superior de Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra e reconhecimento da Assembleia Distrital de Coimbra como entidade instituidora do ISSSC).

Portarias nº 370/90 e nº 1144/90 Decreto-Lei nº 296/91 de 16 de Agosto, respectivamente de 12 de Maio e 20 de Novembro (permitindo que aos cursos superiores de Serviço Social, ministrado pelos Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa, Porto e Coimbra, fosse reconhecido o nível de licenciatura e a integração destes diplomados na Carreira Técnica Superior de Serviço Social, criada e regulamentada pelo Decreto-Lei nº 296/91 de 16 de Agosto).

Portaria nº 692/93 de 22 de Julho (alterações ao plano de estudos em Serviço Social).

Portaria nº 463/ 2003 de 3 de Junho (plano de estudos em Serviço Social com a duração de quatro anos, em detrimento do plano que vigorava desde 1993)

Portaria nº 182/95 de 6 de Março (autoriza o funcionamento do Mestrado em Serviço Social no ISSSL).

Projecto de Proposta de Lei nº 516 - alterações ao Decreto-Lei nº 30 135 de 7 de Janeiro de 1956 apresentado à Assembleia Nacional (alterações à formação em Serviço Social)

70 anos de Formação em Serviço Social em Tempos de Ditadura e de Democracia: Da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga

Sumário

O percurso de setenta anos da formação em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra (ISMT), desde as épocas da Escola Normal Social de Coimbra e do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, permite compreender o significado do Serviço Social, na sociedade e no ensino superior em Portugal, ao longo de períodos históricos de ditadura e regime democrático no país. O papel crucial do Instituto Superior Miguel Torga na educação académica em Serviço Social, ao longo de sete décadas, prossegue nos novos desenvolvimentos e desafios do mundo de hoje.

Palavras-chave: Serviço social, Instituto Superior Miguel Torga, educação académica, ditadura, democracia

70 years of Social Work Education in Times of Dictatorship and of Democracy: From Escola Normal Social to Superior Institute Miguel Torga

Summary

The path of seventy years of Social Work education at the Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), since the epochs of the Escola Normal Social and the Instituto Superior de Serviço Social of Coimbra, lets us understand the meaning of Social Work in Portugal's society and higher education, throughout historical periods of dictatorial and democratic regimes in the country. The crucial role of the Instituto Superior Miguel Torga in the academic education on Social Work, during seven decades, continues in the new developments and challenges of today's world.

Key-words: Social Work, Instituto Superior Miguel Torga, academic education, dictatorship, democracy.